



DIRETORIA LEGISLAT DIVISÃO DE ACOMPANHA	
DE PROCESSO LEGISLA	
Folha nº:	)
Matrícula:	/
Rubrica:	- /

Proposição: MSGPL - Mensagem do Executivo

(Projeto de Lei)

Número: 004464/2021 Processo: 9146-00 2021

Parecer - Marcelo Peres Guerson Medeiros Diretoria Jurídica

PARECER Nº: 148/2021.

PROCESSO Nº: 9.146/2021.

MENSAGEM Nº: 4464/2021.

EMENTA: "Altera o art. 1º, § 1º, da Lei Municipal nº 14.187, de 24 de maio de 2021, e dá outras providências".

**AUTORIA: Poder Executivo.** 

I. RELATÓRIO

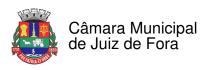
O llustre Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa, solicita parecer acerca da constitucionalidade e da legalidade da Mensagem do Poder Executivo nº 4464/2021, que: "Altera o art. 1º, § 1º, da Lei Municipal nº 14.187, de 24 de maio de 2021, e dá outras providências".

## II. FUNDAMENTAÇÃO

A Carta Magna e Mineira dispõem sobre normas que autorizam os Municípios a legislarem sobre assuntos de interesse local, senão vejamos:

Documento assinado digitalmente

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P209584





DIRETORIA LEGISLATIVA	
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO LEGISLATIVO	
DE PROCESSO LEGISLATIVO	
Folha nº:	
Matrícula:	
Rubrica:	
. \	

Constituição Federal:
"Art. 30 - Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;"
Constituição Estadual:
"Art. 171 - Ao Município compete legislar:
I - sobre assuntos de interesse local"
Por interesse local entende-se "todos os assuntos do Município, mesmo em que ele não fosse o único interessado, desde que seja o principal. É a sua predominância; tudo que repercute direta e imediatamente na vida municipal é de interesse local". (CASTRO José Nilo de, in Direito Municipal Positivo, 4. ed., Editora Del Rey, Belo Horizonte, 1999, p. 49).
Portanto, não há óbice quanto à competência, já que a matéria é de interesse local.
Quanto à <b>iniciativa</b> para deflagrar o processo legislativo, verifica-se que não há vício, eis que se trata de matéria de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo que estão elencadas no art. 36.

Ante o exposto, sem adentrarmos no mérito da proposição, arrimados nas disposições constitucionais, legais e doutrinárias apresentadas, concluímos que o projeto de lei é **CONSTITUCIONAL e LEGAL.** 

Documento assinado digitalmente A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P209584

III. CONCLUSÃO.





,			
/	DIRETORIA	LEGISLATIVA	
		OMPANHAME	
		O LEGISLATIV	
	Folhan	l°:	
\	Matrícula	a:	_/
	Rubrica:		
	\	/	

É o nosso parecer, s.m.j., que ora submetemos, à apreciação da digna Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa.



Palácio Barbosa Lima, 25 de agosto de 2021.

Marcelo Peres Guerson Medeiros Assessor Técnico Aprovo o parecer em 25/08/2021 Luciano Machado Torrezio Diretor Jurídico Adjunto

Documento assinado digitalmente

A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P209584